

ISSN 3085-8143

**ANAIS DO
ATELIÊ
DOCTUM**

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
GÊNERO E JUSTIÇA: QUESTÕES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO E OS PROBLEMAS QUE CAUSAM	5
INCLUSÃO, RACISMO E DESIGUALDADE SOCIAL	6
O DIREITO AO TRABALHO COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	7
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	8
POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL: DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA	9
DAS VIOLÊNCIAS NO TRABALHO À “NECROPOLÍTICA” DO ESTADO EM TEMPOS DE PANDEMIA	10
TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTADO DE EXCEÇÃO, GOVERNO BIO/NECROPOLÍTICO E RETOMADAS DE TEKOKHA	11
O DESCASO COM O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NECROPOLÍTICA NO BRASIL	12
POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	13
CIDADANIA E RETÓRICAS NEGRAS DE INCLUSÃO SOCIAL	14
DIREITO AO TRABALHO COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15

O MERCADO DE TRABALHO APÓS AS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	16
A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	17
A INCLUSÃO DA CULTURA PELA MÚSICA	18
GÊNERO, SEXUALIDADE E BIOPOLÍTICA NAS POLÍTICAS SOCIAIS MODERNAS	19
QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL	20
COMO A INCLUSÃO DIGITAL É UM FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL	21
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA NECESSIDADE E DESAFIO PARA A SOCIEDADE	22
GENTRIFICAÇÃO E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS HOSTIS, MECANISMOS LIMITADORES DE ACESSO ÀS CIDADES E PROMOTORES DA NECROPOLÍTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA VISUAL DA REVITALIZAÇÃO DO CORETO RONALDINHO CALAZANS, CARATINGA/ MG	23
NECROPOLÍTICA E O SISTEMA PRISIONAL	24
A NECROPOLÍTICA NA SOCIEDADE ATUAL: A POLÍTICA DA MORTE EM TEMPOS DE PANDEMIA	25
IMPACTOS CAUSADOS PELO RACISMO AMBIENTAL E NECROPOLÍTICA NA SOCIEDADE	26
POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO CONTEXTO DA NECROPOLÍTICA	27
DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA, E O RACISMO E POLÍTICAS DE MORTES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.	29

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA: DESAFIOS AO ACESSO EFICAZ	30
DO ACESSO AO JUDICIÁRIO AO ACESSO À JUSTIÇA	32
DO ACESSO AO JUDICIÁRIO AO ACESSO À JUSTIÇA:CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PROCESSUAL POR VIAS AUTOCOMPOSITIVAS E EXTRAJUDICIAIS=	34
AS FORMAS HETEROCOMPOSITIVAS E AUTOCOMPOSITIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ACESSO À JUSTIÇA	36
CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PROCESSUAL POR VIAS AUTOCOMPOSITIVAS E EXTRAJUDICIAIS	37

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Rede de Ensino Doctum apresenta os Anais do Ateliê Doctum, realizado ao final do mês de novembro de 2023, reunindo docentes, discentes e, fundamentalmente, a comunidade local para o debate de temas transversais que permeiam o campo jurídico contemporâneo.

Esta edição do evento teve como eixo central a compreensão do Direito como campo dinâmico, interdisciplinar e profundamente conectado aos desafios sociais, políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos do nosso tempo. Assim, os trabalhos aqui reunidos refletem a pluralidade de olhares e abordagens que enriquecem o diálogo, contribuindo para a consolidação de um conhecimento jurídico crítico, ético e comprometido com a transformação social.

Os trabalhos ora publicados demonstram o vigor da articulação entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos, reafirmando nosso papel como espaço de excelência, voltada ao enfrentamento das grandes questões que se impõem à sociedade global.

Agradecemos aos autores e autoras por suas valiosas contribuições, à comissão organizadora pela dedicação incansável, e a todos os participantes que, com sua presença e diálogo, tornaram este evento um marco significativo para a reflexão jurídica interdisciplinar.

Convidamos a todas e a todos à leitura atenta destes anais, certos de que encontrarão aqui importantes subsídios para a compreensão do fenômeno jurídico em sua interface com múltiplos saberes.

Victor Freitas Lopes Nunes
Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

GÊNERO E JUSTIÇA: QUESTÕES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO E OS PROBLEMAS QUE CAUSAM

Autores(as): Allana Lanes; Ana Beatriz Silverio; Arthur Toledo; Danielle Silva Amorim; Gabrielly Fernandes; Izabelly Machado; Karolyne Martins; Larissa Ramos; Victória Radsack; Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Tânia Danielle Vieira Neto, Bruno Gonzaga, Marina Itaborahy.

RESUMO

Há uma falta de atenção à dimensão social do gênero na sociedade devido à influência predominante do neoliberalismo, que tende a ignorar questões de gênero. No Norte global, foca-se em identidade e desconstrução. No Sul global, as preocupações são diferentes, como problemas sociais incluindo educação, saúde, desigualdade econômica e violência de gênero. O objetivo desse estudo é compreender a extensão e as causas das disparidades entre os sexos em diferentes aspectos da sociedade, como educação, emprego, saúde e representação política. Tal análise pode fornecer insights para promover a igualdade e dar mais um passo na árdua caminhada pelo fim do preconceito e das injustiças sociais como um todo. Usamos uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para coletar e analisar dados. Dessa maneira, mostrou que as disparidades de gênero são influenciadas por uma série de fatores, incluindo discriminação institucional, normas sociais e culturais, acesso desigual a recursos, falta de representação política e econômica, entre outros. Além disso, evidenciou que as preocupações em relação à igualdade de gênero variam de acordo com o contexto socioeconômico e cultural, e que abordagens eficazes para promover a igualdade de gênero devem levar em consideração essas diferenças.

Palavras-chave: Gênero. Sociedade. Desigualdade. Preconceito. Injustiças.

INCLUSÃO, RACISMO E DESIGUALDADE SOCIAL

Autores(as): Ana Carolina Valério Rocha, Cristina Helen de Almeida Lugati, Eduard; Victoria da Silva Pedrosa, Elaine Lima Teixeira, Fernanda Kelly da Silva Pereira, Gilffany Gabriely Moraes Costa, Luana Aparecida Coelho Castelani, Maria Rita de Cássia Pereira José e Rafaela Martins Magi; Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Tânia Danielle Vieira Neto, Bruno Gonzaga, Marina Itaborahy.

RESUMO

Quando falamos de inclusão social podemos dizer que elas integram todos os grupos, como marginalizados, negros, pessoas com deficiência, no meio social. Quando falamos de história sabemos que esses grupos sofreram exclusão social e que na atualidade ainda sofrem. Neste cenário, tem-se como objetivo que as Instituições Governamentais criem estratégias para proporcionar oportunidades iguais para todos para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis da sociedade.

Palavras-chave: Inclusão, Racismo, Sociedade.

O DIREITO AO TRABALHO COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Artemio Garcia da Silva Neto; Daniela Euriques A Luciano; Daniely Silva Bazani Valadão; Giovanna Martins Sergi, Gisele Netto Toledo Moraes; Maria Clara Pereira de Souza; Millena Apolinário Siqueira; Vanessa da Silva Bento; Vitória Celebrim Leal Fidelis; Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Tânia Danielle Vieira Neto, Bruno Gonzaga, Marina Itaborahy.

RESUMO

A presente pesquisa buscará entender o processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, enfatizando questões sociais que impedem a contratação de PCD's, ressaltando os principais obstáculos enfrentados por esses grupos na hora de encontrar um emprego. Além das questões sociais, busca-se também discutir questões legislativas acerca do tema e como o Estado brasileiro trabalha para incluir estas pessoas. A pesquisa se inicia com o questão da inclusão destes grupos e todo o contexto histórico ao redor do tema, seguido pelos direitos e garantias jurídicas das pessoas com deficiência e por fim será trabalhado as formas de inclusão no mercado de trabalho. Nossos estudos se baseiam em métodos de pesquisa bibliográficas e descritivas visando um melhor entendimento do tema proposto. Tal trabalho nos permite entender quais as dificuldades, as melhorias já feitas e o que deve ser trabalhado para que as pessoas com deficiência possam alcançar seus objetivos profissionais como qualquer outra pessoa independentemente de seus impedimentos.

Palavras-chave: Inclusão, trabalho, direito, deficiência.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Ana Luiza Sales Henriques; Eduardo Izidoro Amorim; Fabiano Eduardo de Souza; Jefferson Brasilino; Julie de Andrade Marchiori; Laís Martins de Souza; Larissa de Sousa Aguiar; Mayana Rayra de Oliveira Nascimento; Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Tânia Danielle Vieira Neto, Bruno Gonzaga, Marina Itaborahy.

RESUMO

Este trabalho se constitui na metodologia teórica dogmática de revisão bibliográfica mediante à análise de artigos que discorrem acerca da inclusão social para pessoas com deficiência (PcD). Nesse viés, o objetivo do trabalho é a busca de informações esculpidas na história, em especial no contexto brasileiro, a fim de compreender a inserção das PcD de modo geral desde os tempos antigos a era contemporânea, com afinidade em questões quanto a inclusão no âmbito escolar, ou seja, uma das primeiras sociedades que os seres humanos possuem contato. Desse modo, visamos a extensão de conhecimento sobre a realidade enfrentada por indivíduos portadores de deficiência, destacando os desafios encontrados no dia-a-dia, bem como o preconceito e a rejeição sofrido por esses, ainda que, hodiernamente, seja reconhecido a necessidade de isonomia de condições e igualdade, é estabelecido evidentes aspectos que contradizem tal visão utópica.

Palavras-chave: Inclusão social. Pessoas com Deficiência. Preconceito. Igualdade.

POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL: DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

Autores(as): Débora Lorrainy de Oliveira da Silva; Danielly da Silva Souza; Lucas Xavier Ferreira; Liz Rocha Barbosa; Gean Silva Ferreira; Willian Zanon Trindade; Yuri da Silva Nunes; Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Tânia Danielle Vieira Neto, Bruno Gonzaga, Marina Itaborahy.

RESUMO

O texto aborda a promoção da inclusão social pelas administrações municipais globalmente. Destaca a importância ética das "Políticas Municipais para a Inclusão Social" no desenvolvimento sustentável. Explora a evolução dessas políticas, enfocando a transição da mediação intercultural para a comunitária no contexto da construção de comunidades inclusivas. O terceiro capítulo discute desafios enfrentados pelas administrações, como resistência cultural, propondo estratégias flexíveis. A conclusão ressalta o papel vital das políticas municipais na criação de sociedades justas, destacando a evolução da mediação e a necessidade de colaboração entre esferas municipais, comunidades e mediadores para promover a inclusão social e a diversidade cultural.

Palavras-chave: Sociedade. Políticas Municipais. Inclusão. Diversidade. Desenvolvimento.

DAS VIOLÊNCIAS NO TRABALHO À “NECROPOLÍTICA” DO ESTADO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autores(as): Abraão da Silva Fumian; Anna Clara Moraes Lazzaroni de Oliveira; Bernardo Fonseca; Ester Lamego Ferrari Nascimento; Filipe Damasceno Storti; Gustavo da Silva Toledo Ramos; Gustavo Oliveira Nacarati; Inara Peçanha Candido; Liliane Ribeiro Souza; Lucas Batista de Souza Elias; Marcone Junior Bevilaqua de Andrade; Maria Eduarda de Paula Oliveira; Yasmim Pereira Araujo; Yves Fernandes Carvalho; Ângela Vitória Andrade Gonçalves Da Silva; Bruno Gonzaga; Rejane Hote; Alan Bernardo Costa Lemos; Marina Itaborahy; Wendel Dourado.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a persistente desigualdade no Brasil, evidenciando como a pandemia, as políticas neoliberais e o assédio laboral as agravou, deixando os mais vulneráveis à margem. Enfatizamos que a desigualdade não é apenas um problema econômico, mas também um problema social e político profundo. Ela afeta a qualidade de vida das pessoas, mina a coesão social e ameaça a estabilidade política. Por fim, para mudar tal realidade, mostra-se necessário o esforço conjunto de governos, sociedade civil, empresas e instituições para construir um país mais igualitário e justo.

Palavras-chave: Desigualdade; Pandemia; Violência; Trabalho; Neoliberalismo.

TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTADO DE EXCEÇÃO, GOVERNO BIO/NECROPOLÍTICO E RETOMADAS DE TEKOKHA

Autores(as): Camila Carvalho De Souza; Cayo Silva Oliveira Gomes; Guilherme Souza Américo da Silva; Kailany Sodré Vitor Gezo; Laura Amaral da Silva Lopes; Leticia Martins da Silva; Lorena Balbino Brasil De Oliveira; Loriane A. Teixeira da Conceição; Marcela de Paula Estrela Peron; Maria Clara de Almeida Souza; Marcelo José da Silva Paiva; Rivas Mageste de Souza Neto; Ângela Vitória Andrade Gonçalves Da Silva; Bruno Gonzaga; Rejane Hote; Alan Bernardo Costa Lemos; Marina Itaborahy; Wendel Dourado

RESUMO

No contexto atual do Brasil, está em curso uma estratégia de desapropriação de terras em prol do agronegócio, afetando principalmente as comunidades tradicionais que historicamente habitavam essas áreas. O Estado brasileiro e interesses econômicos estão focados em dismantlar e retirar os direitos territoriais dos povos indígenas. É crucial compreender como as comunidades originárias estão lutando para conquistar e manter seus territórios. Neste texto, analisamos a batalha dos Guarani e Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul pelo reconhecimento de suas terras ancestrais, conhecidas como "tekoha". Esses povos indígenas buscam autonomia na busca pela territorialização, com o objetivo de retornar ao "teko porã" (o bem viver). Suas estratégias incluem acampamentos, ocupações e auto-demarkações territoriais.

Palavras-chave: Populações tradicionais; Tekoha; Retomadas; Direitos; Autonomia

**O DESCASO COM O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DOS POVOS
INDÍGENAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19: A
CONSOLIDAÇÃO DE UMA NECROPOLÍTICA NO BRASIL**

Autores(as): Clauan Lanes Alves; Daniel Cardoso; Estevão Batista Gomes; Leonardo Gomes Lacerda; Pedro Magi; Rafael Euclides Silva Gomes; Sérgio S. Filho; Yasmin Teixeira Martins; Ângela Vitória Andrade Gonçalves Da Silva; Bruno Gonzaga; Rejane Hote; Alan Bernardo Costa Lemos; Marina Itaborahy; Wendel Dourado

RESUMO

O descaso com o direito fundamental à saúde dos povos indígenas no enfrentamento da pandemia de Covid-19: a consolidação de uma Necropolítica no Brasil. A “conquista” de novos territórios estava ligada à dominação, exploração e desenvolvimento econômico, com os europeus devastando o solo, substituindo a natureza local e travando guerras cruéis contra os povos tradicionais, devido à sua superioridade tecnológica. O governo brasileiro tem a responsabilidade de garantir o acesso à saúde de qualidade para os povos indígenas, respeitando suas práticas e culturas tradicionais, como um imperativo de proteção da dignidade humana e do direito fundamental à vida. O descaso do Estado brasileiro com a saúde indígena no enfrentamento da pandemia De Covid-19: a consolidação de uma necropolítica Diante do panorama descrito, é claro que o Brasil enfrentou desafios significativos no combate à pandemia de Covid-19, e as populações indígenas em particular sofreram as consequências desse cenário. Isso se manifestou em várias formas, como a falta de acesso a serviços de saúde adequados, negligência no reconhecimento de casos de Covid-19 em comunidades urbanas indígenas, exposição a invasores, restrições nas atividades assistenciais e falta de providências eficazes por parte do governo. Além da crise de saúde pública, o Brasil enfrenta a ressurreição de discursos de ódio e retórica retrógrada, muitas vezes enraizada em uma nostalgia que de alguma forma justifica a morte dos considerados “inimigos”, incluindo os vulneráveis de sempre e outros grupos marginalizados.

Palavras-chave: Indígenas, Saúde, Povos, Brasil.

POLÍTICAS SOCIAIS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Adriano Lopes da Luz, Alícia Deolinda Soares Rocha; Camile Vitória de Paula Barbosa; Emily Oliveira Silva; Fábio Emerick de Oliveira Júnior; Gleice Éller Verly; Luana Lourdes da Costa Gomes; Jean Carlos Lopes Tomaz; Maria Eduarda Silva Alves; Rayane Laila Duarte e Shirley Ribeiro Alves Monteiro; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

“Não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos.” essa citação de Salvador Allende traz uma reflexão ampla no que diz respeito ao alcance da lei. É fundamental acolher que a lei precisa ser igual a todos, contudo não se pode ignorar que todos têm características intrínsecas, e que a lei em primeiro lugar precisa estar a serviço da proteção dos direitos individuais. Diante desta reflexão, faremos uma análise sobre como a inclusão social deve garantir a participação plena e efetiva de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades ou características individuais, da sociedade. É um princípio fundamental de uma sociedade justa e equitativa incluir na sociedade, categorias de pessoas historicamente excluídas do processo de socialização. Em especial nesse artigo trataremos da inclusão de pessoas com deficiência. Este artigo irá explorar a importância das políticas sociais de inclusão para essa população, destacando estratégias eficazes e desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave: Inclusão social. Pessoas com deficiência. Igualdade. Direitos individuais. Políticas sociais.

CIDADANIA E RETÓRICAS NEGRAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Autores(as): Letícia Cibelle de Souza, Josimara Teixeira Silva, Widaller Antonio de Oliveira, Gustavo de Laia Paiva, Gabriela de Oliveira Sabino, Mayra Letícia Simão de Mello, José Elias de Amorim, Lucas Barezio de Almeida Lima, Luis Felipe Duarte Teófilo, Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

O artigo: “Cidadania e Retóricas Negras de Inclusão Social” analisa a influência das revoluções dos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na França na formação da cidadania, destacando os desafios enfrentados nas colônias americanas, incluindo o Brasil, devido à escravidão e diversidade étnica. Aborda a importância das classes sociais, relacionando-as à igualdade de direitos e à interseção com a raça. Explora a mobilização dos negros brasileiros no século XIX após a escravidão, abordando a formação da Guarda Negra e o isabelismo. No período da Primeira República, destaca dificuldades enfrentadas pelos ex-escravos, revoltas populares e a luta contra o preconceito de cor. Analisa a radicalização ideológica, o ressurgimento do racismo, e como o golpe de 1930 interrompeu a mobilização racial. No decorrer do século XX, discute o papel das retóricas raciais, como o embranquecimento, mulatismo e negritude. Aborda também a evolução da retórica negra, da moral ao reconhecimento da singularidade afro-brasileira. Destaca três momentos na evolução da cidadania negra: conquista da liberdade, direitos sociais na Revolução de 1930, e a luta atual por igualdade racial e reconhecimento étnico.

Palavras-chave: Escravos; Brasil; Cidadania; Negra; Liberdade.

DIREITO AO TRABALHO COMO ELEMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Autores(as): Gustavo Camilo Abreu Balbino; Jacqueline Lopes Cassimiro; Alana Luiza Silva de Castro; Igor Felipe Nascimento de Freitas; Camila Martins de Paula; Gabriely Cristina Rismo Gomes; Isabelle Eduarda Lopes; Adriel da Silveira Santana; Eduardo H S Silva; Nicole Lopes Silveira; Pamela da Silva Souza; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

O tratamento legal das pessoas com deficiência (PCD) evoluiu ao longo da história, passando de uma abordagem de isolamento e exclusão para um paradigma de inclusão. No século XX, houve mudanças significativas, incluindo a proibição de atos discriminatórios e a necessidade de ações positivas para eliminar barreiras. No século XXI, a Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) da ONU reforçou a importância da igualdade das PCD, e a Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPCD), estabeleceu campos de atuação estatal para promover a cidadania plena das PCD, incluindo o mercado de trabalho. O estudo busca destacar a relevância do trabalho no EPCD e na CDPD, analisando os mecanismos legais para concretizar esse direito fundamental e apresentando exemplos de políticas bem-sucedidas em outros países para promover o emprego e a inclusão das PCD.

Palavras-chave: Direito ao trabalho; Acessibilidade no Trabalho; Adaptações Razoáveis; Cotas de Emprego; Políticas de Inclusão.

O MERCADO DE TRABALHO APÓS AS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Autores(as): Anna Clara; Cássio Henrique; Débora Beatriz; Débora Gomes; Nicoly Cristina; Luiz Otávio; Lucas Vinícius; Sylvio Augusto; Júlia Áurea; Matheus Teixeira; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

O mercado brasileiro demandou que as qualificações profissionais servissem de requisito mínimo para diversas profissões. Entretanto, essas demandas prejudicam pessoas que não possuem nenhum tipo de graduação ou qualificação profissional. Tal fato implica a impossibilidade de muitas pessoas ingressarem no mercado de trabalho com carteira assinada. No período examinado aumentou a participação, no total do emprego de estabelecimento, de ocupações que exigem educação de nível superior, ocupações de apoio administrativo e ocupações de venda, diminuindo não somente a participação das ocupações agrícolas, mas também as ocupações técnicas de nível médio. A entrada do jovem na atividade econômica ocorreu cada vez mais através do emprego formal em estabelecimento o que levou à diminuição na fração dos que entram com trabalho não remunerado em negócios de outros membros da família e conhecidos. Além disso, uma maior proporção de jovens continua no emprego de estabelecimento ao se tornarem adultos. Com esses dados percebemos que os jovens cada vez mais vem ganhando espaço no mercado de trabalho, em que muitos nem esperam se formar para exercer sua profissão que escolheu pela graduação. Isso nos mostra que as oportunidades estão mais favoráveis para aqueles que estão mais adeptos às novidades do mercado em geral.

Palavras-chave: Trabalho. Jovem. Mercado. Emprego. Economia.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Autores(as): Eduarda Cruz Neves, Isabella Vieira Gomes de Rezende; João Victor Andrade Fernandes Mota; Larissa Da Silva Gonçalves; Marcos Antônio Pereira Marques; Maria Joana de Sousa Cruz; Otávio Costa De Souza Lima; Victor Luiz Alves de Souza; Vitória de Oliveira Pereira; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, considerando os aspectos legais, políticos, sociais e culturais que envolvem essa questão. Para isso, utilizamos como referencial teórico a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que trata de uma compreensão crítica sobre as relações sociais a partir das categorias de amor, direito e solidariedade. A partir desse olhar, buscamos identificar as formas de reconhecimento e desrespeito que afetam as pessoas com deficiência no âmbito do trabalho, bem como as possibilidades de emancipação efetiva e inclusão social que se abrem a partir da luta por reconhecimento. Concluímos que a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um desafio complexo e multidimensional, que exige uma transformação estrutural e cultural da sociedade, baseada no respeito à dignidade e à diversidade humana.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Mercado de trabalho. Reconhecimento. Axel Honneth.

A INCLUSÃO DA CULTURA PELA MÚSICA

Autores(as): Amanda Gomes Magela Assis; Ana Sara Bastos da Silveira; Daniel Ferreira de Sousa, Daniel Ferreira Magalhães; Ewerton Vinícius E. Barbosa; Gabriel Gomes Da Silva; Guilherme De Freitas Ferreira; Lavínia Souza Gomes; Luciana Inácia Sales Da Silva; Moisés Oliveira Carvalho Pires; Rauany Vitória Clemente Amaral; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

A mediação intercultural é uma proposta de inclusão social e também uma estratégia essencial para promover a inclusão social, por meio da promoção do diálogo, respeito e valorização das diversas manifestações culturais presentes em nossa sociedade. Nossa pesquisa visa examinar de que forma a cultura do rap pode servir como um veículo para a implementação desses princípios, destacando sua importância não apenas como expressão artística, mas também como um meio de fortalecer os laços comunitários e econômicos na cidade de Caratinga. Nossa pesquisa envolveu a coleta de dados junto à população do bairro Centro de Caratinga, com a orientação de uma pesquisadora experiente, que garantiu um alto grau de confiabilidade dos dados. Por meio de questionários e entrevistas estruturadas, buscamos avaliar a percepção da população local em relação à cultura do rap. Essa abordagem combinada de coleta de dados nos permitiu obter uma compreensão abrangente das atitudes e interesses dos caratinguenses em relação ao rap, bem como seu potencial impacto na integração e na participação social da comunidade a fim de incluí-la.

Palavras-chave: Inclusão. Cultura. Música. Mediação. Pesquisa.

GÊNERO, SEXUALIDADE E BIOPOLÍTICA NAS POLÍTICAS SOCIAIS MODERNAS

Autores(as): Lorrayne Sthefanye Sobrinho; Emille Peixoto Cimini; Kamilly Vitória Silva Domingos; Mayra Elizabeth Vieira de Faria; Leonardo Marcelino dos Reis; Leonardo de Carvalho Gaspar Costa; Diogo César Matias Gualberto; Aniel Ramos Silva; Adolfo Vitor de Leles Santos; Carlos Henrique Belicio Mateus; Raphael Mendes Esteves; Fernando da Silva Lima; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

O desempenho do poder estatal e institucional na formação e reconfiguração das identidades de gênero, orientações sexuais e direitos individuais nas sociedades contemporâneas é de suma importância. As políticas de inclusão social direcionadas à atenção das necessidades de grupos marginalizados desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de direitos. As complexas interações entre as construções de gênero e sexualidade e as influências exercidas pelas práticas de biopolítica nas políticas de inclusão social são tópicos que merecem uma análise aprofundada. A biopolítica, enquanto disciplina que se preocupa com o controle e a gestão da vida humana, desempenha um papel significativo na formulação de políticas que afetam a vida cotidiana das pessoas. Compreender como essas construções de gênero e sexualidade se entrelaçam com a atuação do governo e as políticas públicas é essencial para criar sociedades mais inclusivas e justas. Portanto, a relação entre gênero, sexualidade, biopolítica e políticas de inclusão social é um campo de estudo e discussão essencial para o entendimento e a melhoria das sociedades contemporâneas, onde a igualdade de direitos e oportunidades é um objetivo fundamental a ser alcançado.

Palavras-chave: Biopolítica; Gênero; Orientação Sexual; Governo; Inclusão.

QUESTÕES DE GÊNERO E JUSTIÇA SOCIAL

Autores(as): Anderson Humberto Parreira Filho; Breno Vinícius Gomes De Novaes; Calebe Coelho De Oliveira; Guilherme Estole Delabela Pereira; João Knupp Pereira; João Marcus Cizo de Freitas Silveira; João Pedro Costa Magalhães; Julio Cesar Hastenreiter dos Reis Ferreira; Kayky Paradela Bramusse; Laura Martins Calil de Paula; Otávio Carraro Hudson; Pedro Victor Eufrásio de Assis; Rogério Moreira de Faria Junior; Víctor Hugo Condé de Oliveira; Vitor Leonardo Rodrigues Dondi Guido; Viviane Coura Silveira. Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

Questões de identidade e métodos desconstrucionistas têm caracterizado a teoria de gênero no Norte global nas últimas décadas. Mas as questões chave acerca do gênero no Sul global são de cunho social, o que requer uma abordagem diferenciada para que se possa compreendê-lo. As teorias sociais do gênero e da justiça atualmente reconhecem as múltiplas dimensões das questões de gênero, tais como organização, violência, reconhecimento e os problemas de inclusão. Levamos as questões de mudança, multiplicidade (por exemplo, de Masculinidades) e as diferentes ordens de gênero em todo o mundo para além de dicotomias. Como evidenciou o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, a análise de gênero lida com estruturas de grande escala. A economia do conhecimento dominante privilegia as teorias advindas do Norte global. Mas cada vez mais reconhecemos a colonialidade do gênero e a análise de gênero que emerge de um mundo majoritariamente pós-colonial. Isto inclui diferentes abordagens para a identidade, o poder e o Estado, além de novas temáticas, como a relação entre o gênero e o direito a terra. Para tanto, no desenvolvimento das perspectivas de gênero necessárias para alcançar uma concepção em escala mundial, as relações Sul/Sul serão vitais.

Palavras-chave: Gênero. Conhecimento. Colonialidade. Feminismo.

COMO A INCLUSÃO DIGITAL É UM FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL

Autores(as): Maria Fernanda Campos De Sousa; Roberta Emanuela Martins De Carvalho; Natiely Ellen de Oliveira; Maria Eduarda Medeiros de Souza; Clarisse Ferreira de Souza; Ismael Peron Ferreira; Lara Fábria de Souza; Pedro Henrique Pereira Correia; Letícia Vitória Santos de Alcântara. Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

A inclusão social como fator de inclusão digital é um tema crucial na era da tecnologia. Pode ser destacado como a inclusão social pode desempenhar um papel fundamental na redução da exclusão digital. A inclusão social envolve a criação de oportunidades equitativas para todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, idade ou habilidades. Os benefícios da inclusão digital incluem o acesso a informações, oportunidades de educação online, serviços de saúde remotos e emprego. Além disso, essa inclusão promove a participação cívica e a voz das comunidades excluídas. No entanto, desafios persistentes, como a exclusão digital e a disparidade de acesso, exigem abordagens abrangentes e políticas públicas eficazes para garantir que a inclusão digital seja verdadeiramente um fator de inclusão social. Quando a inclusão social é priorizada, as barreiras econômicas, geográficas e culturais que impedem o acesso à tecnologia podem ser superadas. Isso não apenas permite que mais pessoas participem ativamente da sociedade digital, mas também promove a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e no desenvolvimento pessoal. Abrindo caminho para uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a oportunidade de aproveitar os benefícios da revolução digital, para nós tornamos uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Inclusão. Comunicação. Tecnologia. Comunidades. Exclusão.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA NECESSIDADE E DESAFIO PARA A SOCIEDADE

Autores(as): Maria Eduarda De Lima Moreira; Vanusa Pereira De Freitas; Maria Eduarda Campos Pires; Suelen Jeniffer Alves Praxedes; Walasse Xavier Alves; Ana Paula De Oliveira Martins; João Victor Maia De Oliveira; Guilherme Pereira Da Silva; Alessandra Silva Gabriel; Suelem Ketlin Alves De Calais; Adriele Aparecida Batista Rodrigues; Carolina Miranda Sena; Kleider Robert Rocha Cruz; Patrick Luiz Martins; Ivan Lopes Sales; Dário José Soares Júnior; Oscar Alexandre Teixeira Moreira; Rafael Soares Firmino; Juliano Sepe Lima Costa

RESUMO

A inclusão de crianças com deficiência em escolas públicas é um tema de grande importância e relevância na sociedade contemporânea. Ao longo das últimas décadas, tem havido um movimento crescente em direção à inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, visando proporcionar a eles uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades. Este artigo explorará dois temas cruciais no desenvolvimento dessa discussão. Destacando a importância da inclusão como um princípio que promove igualdade de oportunidades, bem como os desafios significativos que surgem ao implementá-la e focando na importância de capacitar os educadores para atender às necessidades variadas de seus alunos com deficiência, garantindo assim a eficácia da inclusão. Portanto este artigo oferece uma visão abrangente da complexa dinâmica da inclusão de crianças com deficiência nas escolas públicas, explorando desafios e oportunidades nesse processo.

Palavras-chave: Inclusão; educação inclusiva; igualdade; diversidade; adaptação curricular.

**GENTRIFICAÇÃO E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS HOSTIS, MECANISMOS
LIMITADORES DE ACESSO ÀS CIDADES E PROMOTORES DA
NECROPOLÍTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA VISUAL DA REVITALIZAÇÃO DO
CORETO RONALDINHO CALAZANS, CARATINGA/ MG**

Autores(as): Alexandre Caetano Dos P. Rosa; Lisa Carolina S.Silva; Luís Carlos De Paula; E Rogério L. Pereira; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz;

RESUMO

O trabalho aborda a problemática da gentrificação e higienização das cidades, destacando como esses processos afetam a igualdade de acesso aos espaços urbanos. Analisa o uso de técnicas construtivas hostis e projetos urbanos, ressaltando como essas estratégias podem negar o acesso a espaços públicos, muitas vezes disfarçando o objetivo de privatização e de ideais necropolíticos, perpetuando não apenas as desigualdades sociais e econômicas, mas também ampliando as barreiras para o acesso a oportunidades e serviços urbanos essenciais. Busca compreender e explorar as complexidades da gentrificação, examinar as implicações das técnicas construtivas hostis, associando estes conceitos como instrumentos fomentadores da necropolítica. A partir destas compreensões também busca entender que as cidades não são bens de uso privado e que há necessidade de políticas realmente inclusiva e equitativa para efetivação dos direitos constitucionais. Desenvolveu-se uma pesquisa teórico-dogmática envolvendo direito fundamental e através da análise fotográfica e de matérias jornalísticas sobre a revitalização de um dos pontos centrais da cidade de Caratinga, o Coreto Ronaldinho Calazans, buscou-se refletir sobre a sutileza com que a necropolítica se manifesta, negando o direito “à cidade a uma parte de sua própria população. O Coreto Ronaldinho Calazans, patrimônio histórico cultural, foi revitalizado com a instalação de vidros sanfonados e transformação de seu interior em uma galeria de arte. Enquanto as intenções por trás dessa revitalização podem parecer benignas, a análise visual das imagens revela como projetos desse tipo podem inadvertidamente limitar o acesso e a permanência das pessoas nos espaços públicos. O exemplo do Coreto Ronaldinho Calazans ilustra os desafios e nuances da gentrificação e da higienização urbana. Ressalta a necessidade de políticas urbanas que promovam uma cidade mais inclusiva e justa. A revitalização urbana não deve negar o acesso direto ou a permanência das pessoas nos espaços públicos, especialmente daqueles que não se encaixam no perfil estabelecido como "adequado". Fazendo necessário políticas urbanas realmente inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Gentrificação. Necropolítica. Higienização urbana. Espaço público. Inclusão

NECROPOLÍTICA E O SISTEMA PRISIONAL

Autores(as): Ana Clara Lopes Oliveira, Bruno Malta de Oliveira, Daniel Marcelino de Oliveira, Heitor Pereira dos Santos Silva, João Vitor de Oliveira, Marcela Batista de Oliveira, Nathália Suelen Pereira da Silva, Nicole Soares, Raphael Rezende Oliveira e Silva, Sebastião Geraldo Coelho. Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz;

RESUMO

O presente estudo aborda a relação entre a necropolítica e o sistema prisional. A seletividade penal é uma expressão clara da necropolítica no sistema prisional. O objetivo é apresentar como a necropolítica no Brasil tem ligação com o fim da escravidão em 1988 e como pensamentos racistas e estereótipos da época ainda são perpetuados nos dias atuais. Ainda, busca-se demonstrar a relação da necropolítica e o sistema penal, como esta política se faz presente em um local que em tese era para ser igualitário e protetor da dignidade humana. A partir da definição do tema, foram feitas pesquisas em geral, em livros, notícias, textos acadêmicos, renomados conceitos e em artigos científicos extraídos da rede mundial de computadores internet. Com base nos estudos realizados é evidente que a necropolítica se faz presente no território nacional e que tal política ocorre de forma “velada” nas unidades prisionais. Isso porque, conforme estudos realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Estado negligencia o indivíduo e o sistema penitenciário apresenta um acúmulo de omissões, as quais acarretam o alto índice de mortes nesse âmbito. Além do mais, de acordo com as pesquisas realizadas pelo CNJ, a chamada morte natural é, na verdade, o resultado de um longo e tortuoso processo de adoecimento, falta de assistência, definhamento e óbito, ou seja, são ausências de políticas públicas, de dignidade humana e de direitos mínimos que somadas trazem a morte como consequência. Ainda, a pesquisa também apresenta análises sobre como as condições precárias de higiene e de permanência das prisões propiciam a disseminação de enfermidades, e como tal situação foi agravada no período de pandemia. Assim sendo, é inegável que a necropolítica se manifesta nos presídios locais, uma vez que o estudo demonstra como as políticas governamentais de Estado buscam controlar quem deve viver ou morrer a partir de aparelhos sociais públicos. Por tudo isso, o presente estudo abordou como a Necropolítica está marcada na nossa sociedade, fazendo-se presente desde a abolição da escravatura. Ainda, buscou mostrar que esta política se faz presente nas penitenciárias brasileiras, tornando-se um espaço de segregação social e racial, e como tal situação de precariedade se intensificou com a pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Necropolítica. Sistema prisional. Seletividade penal. Racismo estrutural. Dignidade humana

A NECROPOLÍTICA NA SOCIEDADE ATUAL: A POLÍTICA DA MORTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autores(as): André Gonçalves, Camila da Silva, Daniel Martins, Gilzélia Santana, Iara Alves, Kariny Kessila, Larissa Soares, Maria Alice Duarte, Sabrina de Sousa, Sabrina Tavares; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz;

RESUMO

O racismo é um elemento estrutural da sociedade, reproduzindo condições de desigualdade e subalternidade. A Necropolítica consiste nas diferentes ações do Estado em relação a determinados grupos sociais e na distribuição dos direitos à vida, demonstrando e exemplificando medidas estatais que promovem a morte, dividindo os grupos entre aqueles que podem ser eliminados e aqueles que devem viver. A pandemia de COVID-19 exacerbou estas disparidades, colocando mais pessoas na pobreza e aumentando drasticamente a exclusão social. Temos como objetivo trazer uma visão crítica sobre os fatos do cotidiano da nossa sociedade, com foco no período pandêmico da COVID-19, que implicam na perpetuidade das políticas racistas e misóginas em nosso país que não são observados e nem confrontados. Os artigos e textos utilizados demonstraram uma visão sobre a pandemia da COVID-19 no Brasil, identificando as relações entre racismo e saúde pública. Foi identificado que a crise sanitária internacional demonstrou ainda mais as deficiências e insuficiências em vários aspectos da vida humana e em especial na vida das pessoas menos favorecidas na sociedade. Com o cenário pandêmico foi evidenciado e demonstrado de forma explícita uma estratégia que utiliza como critério de opressão a raça, o gênero e a classe econômica/social das pessoas. Diante do que foi estudado e evidenciado no período pandêmico, pode-se concluir que apesar da necropolítica ser uma prática velada e pouco comentada, sua atuação está em praticamente em todas as áreas da sociedade, sendo peça fundamental para a manutenção da estrutura racista do sistema estatal brasileiro. Deve a sociedade se atentar para estas práticas para que então se manifeste contra esta política genocida.

Palavras-chave: Necropolítica. Racismo estrutural. Pandemia. Desigualdade social.

Exclusão

IMPACTOS CAUSADOS PELO RACISMO AMBIENTAL E NECROPOLÍTICA NA SOCIEDADE

Autores(as): Antônio José Martins da Costa Luz; Arthur Christian Martins da Silveira; Ana Clara Silveira Araújo; Ana Paula Silva Paixão; Bruna Rodrigues de Oliveira Cruz; Camila Vitória Viana Leandro; Geovanna Simplício da Silva; Gustavo Henrique de Carvalho; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz.

RESUMO

Este trabalho busca desvelar as interconexões entre duas realidades que moldam silenciosamente o tecido social. Adentraremos o universo do racismo ambiental, explorando não apenas sua definição, mas os casos tangíveis que ecoam desigualdades em comunidades racializadas. Em paralelo, mergulharemos nas águas turbulentas da necropolítica, desvendando como decisões políticas podem se traduzir em uma verdadeira política de morte, determinando quem vive e quem sucumbe. O cenário que se descortina em nossas discussões não apenas revela os desafios existentes, mas também aponta para caminhos promissores em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e consciente. Neste percurso, examinaremos os impactos diretos dessas forças na sociedade, evidenciando as consequências devastadoras que se manifestam de maneiras multifacetadas. Neste percurso, desenvolveu-se uma pesquisa teórico dogmática envolvendo os ramos do direito constitucional e direitos humanos. o método foi desenvolvido a partir do estudo do texto base, onde foram analisados uma série de artigos e normativas que auxiliaram na busca da solução ao problema de pesquisa. Primeiramente, constatamos uma notável ampliação da conscientização, atingindo um público diversificado e estimulando uma reflexão mais profunda sobre as complexas interconexões entre racismo ambiental e necropolítica. Um dos resultados mais notáveis foi a mobilização efetiva das comunidades afetadas. Essas comunidades se organizaram, implementando ações locais e buscando recursos para enfrentar os desafios identificados durante as discussões do banner. Esse movimento de base demonstrou a capacidade de traduzir a conscientização em ações concretas no nível comunitário. Este estudo demonstra que o racismo ambiental e a Necropolítica não são problemas isolados, mas sim aspectos interligados da injustiça sistêmica. O caminho para um mundo mais equitativo, onde a vida seja verdadeiramente valorizada, requer um compromisso coletivo com a mudança, a justiça e o respeito pelos direitos humanos.

Palavras-chave: Racismo ambiental. Necropolítica. Injustiça sistêmica. Direitos humanos.

POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO CONTEXTO DA NECROPOLÍTICA

Autores(as): Henrique Bomfim do Amaral. Marilia Santos Garcia. Alandelon Gonçalves. Thaynná Silva Fernandes. Wender Ferreira Silva Filho. Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz.

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise da interseção entre políticas públicas e a necropolítica no contexto das comunidades indígenas no Brasil. Diante dos desafios enfrentados por essas populações, este estudo busca elucidar as complexas dinâmicas que moldam o acesso à saúde e à educação, ressaltando a influência histórica de políticas enraizadas em uma lógica colonial. Ao longo dos séculos, os povos indígenas têm enfrentado discriminação, deslocamento forçado e perda de direitos fundamentais. A pandemia de COVID-19 veio acentuar essas vulnerabilidades, expondo as deficiências nas políticas públicas de saúde e agravando as disparidades já existentes. A compreensão do papel do racismo estrutural nesse contexto é essencial para enfrentar as barreiras que perpetuam desigualdades sistêmicas. A necropolítica, entendida como a imposição de políticas de poder que determinam não apenas a vida, mas também a morte de determinadas populações, revela-se de forma contundente no cenário indígena. A falta de investimento, acesso restrito a serviços essenciais e barreiras culturais representam manifestações sutis dessa realidade, afetando diretamente as perspectivas de vida e desenvolvimento das comunidades indígenas. Diante desse panorama, tem como objetivo evidenciar a importância de políticas inclusivas e culturalmente sensíveis que respeitem os direitos indígenas e promovam a igualdade de oportunidades. Em um contexto em que a preservação das culturas e tradições é vital para a riqueza do Brasil, este estudo reafirma a necessidade premente de ações que construam um futuro mais equitativo para todas as comunidades, independentemente de sua origem étnica. Foram realizados questionários pré-elaborados pela professora orientadora, através de pesquisas baseadas no tema da necropolítica, onde relacionamos com a atual situação dos Indígenas, fundamentando com pesquisas e artigos científicos. Essa análise aponta para taxas de mortalidade superiores em pelo menos 50% nos indígenas em praticamente todas as faixas etárias. Isso é um reflexo da negligência crônica e do histórico de desrespeito aos direitos dos povos indígenas no Brasil. Essa notícia ressalta a urgência de se adotar medidas eficazes para proteger as comunidades indígenas, como a distribuição equitativa de vacinas e acesso a assistência médica de qualidade. É um triste lembrete de que a pandemia acentuou as desigualdades existentes e que é crucial agir de forma solidária e eficaz para proteger essas comunidades vulneráveis. Em conclusão, destaca-se a interseção crítica entre políticas públicas e necropolítica nas comunidades indígenas brasileiras, revelando as profundas disparidades históricas agravadas pela pandemia. O alarmante aumento nas taxas de mortalidade, evidenciado pelo gráfico, reflete a negligência

Projeto Integrador

crônica e o desrespeito aos direitos fundamentais dessas populações. Mostrando a importância de uma implementação de medidas imediatas, incluindo distribuição equitativa de vacinas e acesso a serviços médicos de qualidade, para combater as desigualdades sistêmicas exacerbadas pela crise sanitária. A reflexão crítica proposta no banner ressalta a necessidade de uma abordagem solidária e eficaz para proteger as comunidades indígenas, promovendo assim equidade, respeito e justiça social.

Palavras-chave: Necropolítica. Comunidades indígenas. Racismo estrutural. Políticas públicas. Desigualdade sistêmica.

**DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS
DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA, E O RACISMO E POLÍTICAS DE
MORTES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Autores(as): Luísa M. S. Oliveira; Keissy K. V. Lana; Jéssica S. S. Souza; Jéssica M. C. do Nascimento; João Pedro do N. Pacheco. Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Luiz Eduardo Moura Gomes; Márcio Xavier Coelho; Kleider Robert Rocha Cruz.

RESUMO

O trabalho explora a transição da biopolítica para a necropolítica durante a ditadura militar, sendo crucial para compreender os impactos devastadores sobre os povos indígenas. Além de abordar as formas sistemáticas de agressão enfrentadas pela população vulnerável, destacando como a violência policial agrava ainda mais a situação precária em que essas pessoas vivem. Examinaremos como a necropolítica se manifestou nesse contexto, discutindo as violações sofridas pelos povos indígenas, pelas jovens negras de periferia, e pelas pessoas em situação de rua, e refletindo sobre a importância de reconhecer e reparar essas injustiças históricas. Buscamos promover uma compreensão mais profunda dessas questões, destacando a necessidade urgente de ações para combater essas formas de violência sistêmica. Além disso, almejamos sensibilizar o público sobre as injustiças enfrentadas por essas pessoas, promovendo um entendimento mais amplo da necessidade de reconhecimento, reparação e preservação dos direitos dessas comunidades. Com base nos argumentos de Achille Mbembe (2016) acerca da situação cotidiana de necropolítica – um verdadeiro mundo da morte –, podemos compreender por meio desses relatos a situação de campos da morte, uma morte recorrente na vida dos grupos minoritários. É possível afirmar que a forma como o Estado brasileiro age em relação às populações minoritárias se fundamentam em um tipo de racismo de Estado, que torna possível a distinção entre a parcela da população que se deve fazer viver daquela que será deixada para morrer ou que se matará. Um levantamento feito pela Rede de Observatórios da Segurança (ROS) revelou que a polícia mata uma pessoa negra a cada quatro horas em ao menos 6 estados brasileiros: Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram 2.653 mortes com registro racial ocorridas em 2020, das quais 82,7% tiveram como vítima pretos ou pardos. Esses números absurdos refletem o racismo estrutural, escondido pela mídia, e focado na política de fazer morrer. Portanto, diante de tudo que os grupos minoritários viveram e vivem nos dias atuais, o conceito de necropolítica enfatiza a necessidade de reconhecer e abordar as injustiças enfrentadas pelos povos indígenas, negros, periféricos, destacando a importância de respeitar seus direitos humanos, culturais e territoriais, bem como promover a justiça social e econômica.

Palavras-chave: Necropolítica. Racismo estrutural. Violência policial. Povos indígenas. Justiça social.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA: DESAFIOS AO ACESSO EFICAZ

Autores(as): Alice de Melo Campos; Amanda Simoncello Silva; Bruna Valente Julião; Gleyce Kellen Oliveira Silva; Luiza Roque Silveira de Sá; Maria Luiza de Paula Silva; Marilene Prudêncio de Souza; Marcos Fernandes; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Cláudio Boy Guimarães. Rafael Soares Firmino; Salatiel Ferreira Lucio

RESUMO

Trata-se de pesquisa desenvolvida na disciplina de Projeto Integrador da Rede Doctum de Ensino, cujo assunto foi o princípio Constitucional do Acesso à Justiça. Nesse sentido, buscou-se compreender as dificuldades para alcançar este acesso à justiça de forma eficaz, célere e que consiga satisfazer aos anseios da população na busca pela garantia de forma plena do disposto no artigo 5º inciso XXXV e inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988. Com isso, foi possível observar que o maior desafio enfrentado atualmente está relacionado a judicialização dos conflitos que gera a sobrecarga do Judiciário. Dessa forma, foi possível compreender que os métodos autocompositivos e o incentivo à população para a mudança na cultura da litigiosidade são fundamentais para que toda a população consiga exercer o seu direito de ter acesso à justiça. O presente trabalho visa analisar no que consiste o acesso à justiça quais as dificuldades e facilidades para a sua implementação, bem como especificar quais são as dificuldades na implementação do acesso à justiça e as possíveis soluções para que as demandas possam ser resolvidas de forma plena. Como metodologia, utilizou-se o método descritivo-qualitativo, que busca a compreensão do fenômeno estudado através de uma descrição detalhada e sistemática das características, significados e contextos em que este se manifesta. Nesse sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica para levantar as principais teorias e conceitos relacionados ao acesso da população brasileira à justiça. Esses dados bibliográficos foram confrontados com a legislação sobre o tema. Por fim, foi realizada uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos, avaliando as limitações e potencialidades do método utilizado e apresentando implicações de ordem prática e teórica sobre o assunto analisado. Foi possível compreender que o acesso à justiça precisa ser cada vez mais ampliado em nossa sociedade e que a utilização dos métodos autocompositivos surgem como ferramenta muito útil nesse sentido. Ademais, foi possível também compreender que é fundamental a construção de políticas públicas no sentido de mudar a cultura de litigiosidade presente no Brasil e assim possibilitar resolução por métodos democráticos, participativos e eficazes. Pelo exposto, se chega ao entendimento de que não é apenas através do poder judiciário que as demandas conseguem ser solucionadas de forma eficaz, pois existem muitos outros métodos e vias que conseguem resolver as demandas e assim diminuir a sobrecarga judicial. Vê-se por meio da pesquisa bibliográfica feita a importância de uma nova visão da população em relação ao poder judiciário, logo deve haver maior incentivo aos meios autocompositivos, para que a prestação

Projeto Integrador

jurisdicional se torne célere e ao mesmo tempo eficiente na adequada resolução das demandas propostas.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Judicialização. Métodos autocompositivos. Litigiosidade. Políticas públicas.

DO ACESSO AO JUDICIÁRIO AO ACESSO À JUSTIÇA

Autores(as): Emanuel Augusto de Lanes, Jordânia Karoline de Oliveira, Lorena Rocinski Carvalho, Pedro Lucas de Freitas. Silva Torres, Ranya Rodrigues Pereira, Samyra Grazielle do Carmo Gonçalves; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Cláudio Boy Guimarães. Rafael Soares Firmino; Salatiel Ferreira Lucio

RESUMO

O acesso à justiça é um princípio fundamental em qualquer sociedade que almeja a equidade e a proteção dos direitos individuais. No entanto, ao longo da história, a concepção desse acesso evoluiu significativamente, passando do simples acesso ao Judiciário para uma compreensão mais ampla e inclusiva, que abrange não apenas a entrada formal no sistema judicial, mas a efetiva participação e a obtenção de resultados justos. Tradicionalmente, o acesso à justiça estava intrinsecamente ligado ao acesso ao Judiciário, onde indivíduos buscavam resolver suas disputas por meio de procedimentos formais e litigiosos. Esse modelo, embora vital, muitas vezes era caracterizado por barreiras econômicas, burocráticas e sociais que limitavam a participação daqueles que mais necessitavam. O principal objetivo é a discussão em relação ao acesso à justiça: seus litígios, sua eficácia, malefícios e sua principal finalidade que é ao acesso da justiça a todos. O acesso à justiça tem sido uma discussão há algum tempo, portanto os problemas que o judiciário enfrenta atualmente, os quais ainda não possuem soluções cabíveis a realidade da sociedade brasileira. Contudo, nosso principal objetivo são as melhorias dos métodos consensuais de soluções de conflitos e a capacidade desses métodos de mudarem, gradativamente, o judiciário. Mesmo com a existência desses métodos, ainda existem necessidades de desenvolvimento, para que ampliemos os leque de opções de meios de solução de conflitos, a fim de garantir uma maior capacidade de adaptação do processo. Por isso, iremos dizer sobre os resultados e a importância dos métodos consensuais de soluções de conflitos para a melhoria do acesso à justiça no Brasil. A metodologia utilizada foi através da pesquisa bibliográfica em textos e artigos científicos da área e do tema, escrito através de autores que discutem a temática, os objetivos e os resultados do tema em questão. Foram expostos e desenvolvidos por meio de estudos, gráficos, pesquisas, artigos e notícias divulgadas na internet. Acesso à Justiça ou mais propriamente acesso à ordem jurídica justa, significa proporcionar a todos, sem qualquer restrição, o direito de pleitear a tutela jurisdicional do Estado e de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para alcançar esse resultado. Ninguém pode ser privado do devido processo legal, ou melhor, do devido processo constitucional. O Poder Judiciário no Brasil e no mundo se empenhou para garantir o acesso à Justiça a todos, com ações de governança e apoio da tecnologia. Ademais, o que se tem agora é uma concepção voltada a sua real efetividade no plano prático, ou seja, a preocupação reside em aspectos relacionados a justiça e eficiência da tutela jurisdicional. Um dos obstáculos pertinentes que o acesso à justiça enfrenta atualmente é a falta de infraestrutura do Poder Judiciário, sendo a lentidão do

Projeto Integrador

sistema ao julgar o que lhe é submetido o seu principal problema. Para que o sistema torne-se, de fato, efetivo, faz-se necessário a implementação de novos métodos que permitam que as garantias fundamentais, positivadas ou não, sejam cumpridas de forma plena e justa, permitindo a todos o acesso à justiça. A integração desses métodos de abordagem consensuais na realidade do nosso país, não vai ser algo que se possa implementar em curto espaço de tempo. A lei, ainda, não tem possibilidade de alterar a realidade de forma tão intensa e muito menos a transformação tão profunda no ambiente do judiciário e na sociedade. Porém, o apoio à Pesquisa de Avaliação Contínua com investimento em pesquisas e avaliações para medir a eficácia e o impacto das iniciativas de resolução de disputas alternativas, garantindo que as abordagens adotadas sejam eficazes e atendam às necessidades das partes envolvidas.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Métodos consensuais. Tutela jurisdicional. Efetividade. Litigiosidade.

**DO ACESSO AO JUDICIÁRIO AO ACESSO À JUSTIÇA: CAMINHOS PARA A
SUPERAÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PROCESSUAL POR VIAS
AUTOCOMPOSITIVAS E EXTRAJUDICIAIS**

Autores(as): Carolline Shara da Silva Dodo; Elaine Ruth Januário Silva; Larissa Laura Barbosa Rodrigues; Samira Tatiane Andrade Teixeira; Wesley Júnior Da Silva; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Cláudio Boy Guimarães. Rafael Soares Firmino; Salatiel Ferreira Lucio

RESUMO

O tema "Do acesso ao judiciário ao acesso à justiça: caminhos para a superação da cultura dos litígios processuais por vias autocompositivas e extrajudiciais" representa uma reflexão crucial sobre a forma como os indivíduos podem resolver seus conflitos de maneira mais eficaz e satisfatória, indo além do sistema judicial tradicional. Nesse contexto, as vias autocompositivas e extrajudiciais, como a mediação, a conciliação, a arbitragem e outros métodos alternativos de resolução de disputas, emergem como alternativas valiosas. Esses mecanismos oferecem às partes a oportunidade de encontrar soluções colaborativas, centradas no diálogo e na busca por acordos que atendam aos interesses de todos os envolvidos, de forma mais rápida, econômica e menos contraditória. Assim, esta abordagem propõe uma reflexão sobre como promover e incentivar o uso desses métodos alternativos, superando a cultura arraigada do incidente processual. Busca-se não apenas facilitar o acesso à resolução de conflitos, mas também fomentar uma cultura de resolução de conflitos, eficiente e mais satisfatória para todos os envolvidos. O tema tem como objetivo principal promover uma reflexão e abordagem sobre a necessidade de superar a cultura predominante de resolução de conflitos exclusivamente por meio do sistema judicial. O foco é direcionado para a valorização e implementação de métodos alternativos de resolução de disputas, tais como mediação, conciliação, negociação, arbitragem e outros mecanismos extrajudiciais. A busca pela transformação visa não apenas descongestionar os tribunais, mas também proporcionar soluções mais eficazes, rápidas, acessíveis e satisfatórias para as partes envolvidas nos conflitos. Busca-se, portanto, ampliar o acesso à justiça, não somente no sentido de permitir que as pessoas acessem os órgãos judiciais, mas também no sentido de oferecer caminhos alternativos e mais harmoniosos para a resolução de litígios, incentivando a cultura da pacificação social e a busca por soluções consensuais. Para superar a cultura do litígio processual em favor de abordagens autocompositivas e extrajudiciais, é fundamental promover a conscientização sobre métodos alternativos de resolução de conflitos. Investir em programas abrangentes de educação jurídica, tanto para profissionais do direito quanto para a sociedade em geral, pode disseminar a compreensão e aceitação dessas alternativas. Além disso, o estímulo à adoção prática desses métodos, como mediação e conciliação, por meio de campanhas e incentivos financeiros, pode ser eficaz. A criação e fortalecimento de centros de resolução de conflitos extrajudiciais, oferecendo serviços acessíveis e especializados, contribuem para uma transição mais suave de litígios para soluções

Projeto Integrador

colaborativas. A promoção de mecanismos como arbitragem e negociação, através de uma legislação clara e favorável, também é crucial. Políticas públicas que desburocratizem processos judiciais e incentivem a resolução rápida e eficiente de disputas podem impactar positivamente a cultura jurídica, priorizando a pacificação social em detrimento da litigiosidade prolongada. Em suma, uma abordagem abrangente que envolva educação, incentivos práticos, fortalecimento de centros especializados e políticas legislativas pode ser eficaz na promoção de alternativas à cultura tradicional do litígio processual. Logo, torna-se evidente a urgência de deslocar o foco da resolução de conflitos exclusivamente para o sistema judicial. A transição para vias autocompositivas e extrajudiciais não apenas visa aliviar a sobrecarga nos tribunais, mas, fundamentalmente, busca oferecer alternativas mais eficazes, acessíveis e satisfatórias para todas as partes envolvidas. Essa abordagem não se restringe apenas ao acesso facilitado ao judiciário, mas representa um compromisso em promover uma cultura que valoriza a conciliação, a negociação e a busca por consenso. Assim, a superação da cultura do litígio processual não apenas transforma a maneira como lidamos com conflitos, mas também estabelece os alicerces para uma justiça mais inclusiva, ágil e orientada para a construção de sociedades mais equitativas e pacíficas.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Métodos autocompositivos. Resolução extrajudicial. Litigiosidade. Pacificação social.

AS FORMAS HETEROCOMPOSITIVAS E AUTOCOMPOSITIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ACESSO À JUSTIÇA

Autores(as): João Vitor de Souza Campos; Karolayne Ribeiro de Almeida; Lavínia Maria de Oliveira; Larissa Soares Melo; Maria Eduarda Moisés de Carvalho; Marlon José Tavares de Oliveira; Miguel Angelo Gomes; Nicole Soares Abreu e Yasmin Tereza Ferreira dos Reis; Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Cláudio Boy Guimarães. Rafael Soares Firmino; Salatiel Ferreira Lucio

RESUMO

A resolução de conflitos é um processo fundamental em diversas áreas da vida, incluindo o direito, os negócios, as relações pessoais e a política. Existem duas formas principais de resolução de conflitos: as heterocompositivas e as autocompositivas. O objetivo deste trabalho é abordar as formas heterocompositivas e autocompositivas como alternativa aos modelos tradicionais de resolução de conflitos. A metodologia empregada abrangeu uma pesquisa bibliográfica na literatura especializada, com foco no tema, que incluiu a leitura e análise de artigos acadêmicos e não acadêmicos, bem como de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Esta metodologia permitiu uma maior compreensão da advocacia colaborativa, tendo como base o arcabouço teórico que reúne conceitos, conteúdos e pesquisas já realizadas sobre o tema. Tomando como referência a esta pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento de dados sobre o tema e sua aplicabilidade no Brasil, constatando, entre outros aspectos, as principais características dos projetos de heterocomposição e autocomposição que estão em andamento no país. O trabalho também se apoiou em algumas entrevistas semi-estruturadas com profissionais ligados ao tema “as formas heterocompositivas e autocompositivas”, que ajudaram a repensar a aplicabilidade de seu conceito no âmbito nacional. Os entrevistados também serviram de base para a análise dos desafios atuais relacionados à modelagem da heterocomposição e autocomposição em curso no país. Por fim, todos os dados coletados foram agrupados e analisados para construir a estruturação do artigo e permitir o embasamento de propostas para o desenvolvimento da heterocomposição e autocomposição no Brasil. A autocomposição oferece uma maneira moderna e eficaz para lidar com disputas legais. É uma abordagem interativa, que tem como objetivo maximizar os resultados de uma negociação, com base na preferência do indivíduo e criar um acordo que satisfaça as necessidades das partes com base na cooperação e não com base nos litígios. Em suma, a autocomposição é uma ótima escolha para aqueles que desejam uma solução rápida e barata para seus problemas legais.

Palavras-chave: Resolução de conflitos. Autocomposição. Heterocomposição. Advocacia colaborativa. Negociação

**CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DA CULTURA DO LITÍGIO PROCESSUAL
POR VIAS AUTOCOMPOSITIVAS E EXTRAJUDICIAIS**

Autores(as): Adriana Da Silva Cruz, Beatriz Maria De Araújo, Bruna Rafaela De Oliveira Campos, Claudia De Abreu Simeão, Esther Augusto Lama Gomes, Karen Stefanny Costa De Melo, Layra Luisa Ribeiro Duarte, Ryan Cerqueira Ferreira, Sabrina Aparecida Barbosa Inácio. Daniela Aparecida Ribeiro Gonçalves, Juliana Ervilha Teixeira Pereira; Rodolfo Assis Ferreira; Neuber Teixeira dos Reis; Cláudio Boy Guimarães. Rafael Soares Firmino; Salatiel Ferreira Lucio

RESUMO

Esse trabalho tem como principal função mostrar o acesso à justiça de outra forma: Como é sua acessibilidade, gastos, modo de operar do poder judiciário, as necessidades de reformas, meios e métodos, eficácia e por fim, propor soluções mais rápidas e eficientes para os conflitos. A metodologia para sua elaboração abrangeu uma pesquisa bibliográfica, com foco no tema, incluindo leitura e análises de artigos acadêmicos e não acadêmicos. O plano do movimento universal do acesso à justiça trabalha com a utilização dos chamados meios alternativos de resolução dos conflitos e que tem como principal objetivo a eficácia da tutela jurisdicional conferida ao cidadão e como objetivos secundários a diminuição da carga do serviço judiciário e o retardo da prestação jurisdicional. As formas consensuais de solução de conflitos oferecem uma maneira moderna, eficaz e pacífica para as partes presentes. É possível afirmar, a título de conclusão, que o acesso à justiça no Brasil, enquanto direito social, não vem sendo aplicado de modo irrestrito a todos os cidadãos. Constatou-se que as mais recentes políticas públicas de acesso à Justiça adotadas no Brasil, privilegiam lógicas de padronização decisória e de julgamento por amostragem, sistemática que tende a fortalecer as estratégias de grandes litigantes.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Tutela jurisdicional. Meios alternativos. Políticas públicas. Soluções consensuais.



rede de ensino
DOCTUM

